



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 707/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados e aos Municípios.

Lei Federal nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 – Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.519, de 17 de julho de 2002 – Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003 – Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 157, de 29 de dezembro de 2016 – Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990.

Lei Federal nº 13.426, de 30 de março de 2017 – Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 – Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto de 2005 – Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Lei Estadual nº 12.916, de 16 de abril de 2008 – Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 16.794, de 12 de julho de 2018 – Obriga todos os pet shops, clínicas veterinárias e estabelecimentos do ramo a colocar cartaz que facilite e incentive a adoção de animais e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Estadual nº 17.497, de 27 de dezembro de 2021 – Altera a Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado, para instituir o Programa de Proteção e Bem-Estar dos Animais Domésticos, criar o Registro Único de Tutor, aumentar as penalidades para maus-tratos animais e dar outras providências.

Lei Estadual nº 17.972, de 10 de julho de 2024 – Dispõe sobre a proteção, a saúde e o bem-estar na criação e na comercialização de cães e gatos no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966 – Dispõe sobre o sistema tributário do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 10.309, de 22 de abril de 1987 – Dispõe sobre o controle de população e o controle de zoonoses no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 10.876, de 20 de julho de 1990 – Dispõe sobre a colocação de placas visíveis nas residências que tenham animais ferozes.

Lei Municipal nº 11.320, de 22 de dezembro de 1992 – Proíbe o uso de cães nos serviços de vigilância no âmbito do Município e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.359, de 17 de maio de 1993 – Proíbe a realização de rodeios, touradas ou eventos similares.

Lei Municipal nº 11.616, de 13 de julho de 1994 – Dispõe sobre a instituição da campanha permanente de esclarecimento aos proprietários de cães e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001 – Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003 – Altera a legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.767, de 21 de janeiro de 2004 – Regula o Programa Saúde Animal — PSA, instituído pela Portaria nº 4.550, de 29 de outubro de 2002.

Lei Municipal nº 14.014, de 30 de junho de 2005 – Proíbe, no âmbito do Município de São Paulo, a utilização de animais de qualquer espécie em apresentações de circos e congêneres e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.146, de 11 de abril de 2006 – Dispõe sobre a circulação de veículos de tração animal e de animais montados, ou não, em vias do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.023, de 6 de novembro de 2009 – Institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos — PROBEM e cria o Núcleo de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 17.359, de 1º de julho de 2020 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana da Conscientização à Castração e Combate ao Câncer em Animais e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.464, de 9 de setembro de 2020 – Dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.719, de 26 de novembro de 2021 – Dispõe sobre a Planta Genérica de Valores, alterações na legislação tributária municipal, contragarantias em operações de crédito e Fundo Especial para Modernização da Administração Tributária e da Administração Fazendária no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.821, de 4 de julho de 2022 – Dispõe sobre o evento Virada da Castração, a ser realizado anualmente em um dos finais de semana do mês de maio, na Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Orgânica do Município de São Paulo. PL 491/2026 – Institui a Política Municipal de Condução Responsável e Prevenção de Acidentes Caninos no Município de São Paulo e altera e acresce dispositivos à Lei nº 13.131, de 18 de maio de 2001.

PL 657/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo Fiscal de Apoio aos Bancos de Sangue Veterinários no âmbito do Município de São Paulo, estabelecendo regras de responsabilidade fiscal para fomento à doação voluntária de sangue animal com destinação à rede pública municipal, e dá outras providências.

PL 491/2026 Institui a Política Municipal de Condução Responsável e Prevenção de Acidentes Caninos no Município de São Paulo, altera e acresce dispositivos à Lei nº 13.131, de 18 de maio de 2001.

PL 50/2026 – Altera e acresce dispositivos à Lei nº 17.464, de 9 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo, a fim de aprimorar a proteção e o bem-estar animal.

PL 1521/2025 – Institui o Serviço de Atendimento Veterinário de Urgência – SAVU-PET, destinado ao resgate e socorro de animais em situação de emergência e vulnerabilidade no Município de São Paulo.

PL 1394/2025 – Estabelece diretrizes para a implementação e a oferta de Consultórios Veterinários Móveis de atendimento gratuito aos animais domésticos do Município de São Paulo.

PL 1392/2025 – Institui a Campanha Permanente de Doação de Sangue para Animais Domésticos — Pet Solidário, destinada à manutenção de bancos de sangue veterinários e aos atendimentos nos Hospitais Veterinários Públicos do Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL 911/2025 – Autoriza a aplicação do protocolo CED (Captura, Esterilização e Devolução) para o controle populacional de cães e gatos de vida livre no Município de São Paulo.

PL 730/2025 – Institui o programa “Atende Meu Pet” no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 617/2025 – Institui o selo “Amigo dos Animais”, de reconhecimento a empresas, associações e fundações que se destaquem na promoção de iniciativas de proteção animal.

PL 527/2025 – Dispõe sobre a criação do Conselho Participativo Municipal de Defesa Animal no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 526/2025 – Estabelece a obrigatoriedade do uso de guia de condução para cães de todas as raças em espaços públicos do Município de São Paulo, com o intuito de garantir a segurança, o bem-estar dos animais e a proteção da população, prevenindo acidentes, ataques e brigas e promovendo uma convivência mais responsável e harmoniosa entre cães, tutores e cidadãos.

PL 310/2025 – Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com Organizações da Sociedade Civil para viabilizar o resgate de animais domésticos em condições de maus-tratos.

PL 216/2025 – Estabelece diretrizes para assegurar proteção e acolhimento a animais de estimação resgatados em virtude de desastres climáticos e ambientais.

PL 170/2025 – Dispõe sobre a criação de um Sistema Único de Saúde para Animais de Estimação (SUSA) no Município de São Paulo.

PL 607/2024 – Institui a campanha de estímulo à criação de bancos de sangue para animais domésticos.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 11 de setembro de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068